

A reforma educacional nos anos 1990 no Brasil

Hudieny Dias de Souza¹

SUMÁRIO: 1 Resumo; 2 Introdução; 3 Breve esboço das políticas públicas; 4 Introito sobre políticas educacionais; 5 A reforma educacional do anos 1990; 6 Conclusão; Referências Bibliográficas

1 Resumo

Com foco na importância da educação como política pública social, este artigo busca compreender aspectos gerais das políticas voltadas para a área no Brasil, especialmente no período referido. Como uma das bases da formação da pessoa humana e manutenção de sua qualidade de vida, o tema perpassa considerações políticas, sociais, ético-morais, culturais, ideológicas e outras que tangem à atuação humana.

Palavras-chave: políticas públicas; políticas educacionais; reformas da década de 1990.

2 Introdução

Conforme preconiza o art. 205 da Constituição Federal do Brasil, a educação é direito de todos e dever do estado e da família. Por isso, as políticas públicas voltadas à área social, aqui tematizadas pelas políticas educacionais, devem fazer parte da pauta dos governantes, de forma mais convincente do que o visto no Brasil na década de 1990, para isso contando com a necessária atuação e cobrança de toda a sociedade.

3 Breve esboço das políticas públicas

As políticas públicas, que abrangem as políticas educacionais e constituem a condição humana, podem ser melhor compreendidas sabendo o conceito clássico de política: “tudo que se relaciona com a cidade (...) [isto é, que é] público, civil” (Araújo e Almeida, 2010, p.98). Os mesmos autores também incluem nessa ideia clássica de política a realização máxima de uma sociedade civilizada e racional (Hobbes), o consentimento dos governados diante da autoridade (Locke via o homem livre no seu estado natural, depois buscando assegurar direitos naturais seus), uma concepção democrático-burguesa em que os homens são naturalmente bons e que a socialização o degenera (assim, Rousseau concebe o Contrato Social como criador de uma sociedade, que busca associar homens, e não os submeter; estes detêm a soberania, sendo a liberdade e igualdade

¹ Advogado e professor de História.

irrenunciáveis), e a visão marxista que toma as relações sociais de produção como base da sociedade e o Estado como estrutura de poder reduzida a um comitê administrador de assuntos burgueses e mecanismo de repressão do proletariado. Já mais contemporâneos incluem a visão gramsciana do Estado-coerção (em que a classe dominante busca alianças e o consenso pacífico dos dirigidos, sacrificando parte de seus interesses em prol de uma hegemonia ética e política; o Estado é a soma das sociedades política e civil) e a visão de Arendt que analisa os totalitarismos estatais e critica as coerções do governo, evidenciando a fragilidade dos modelos opressivos (defende ética e pluralidade e critica os abismos entre discursos e práticas). No entanto, hoje política é vista também como estudo das coisas de Estado (2010, p. 99-104).

4 Introito sobre políticas educacionais

Araújo e Almeida (2010, p. 109) bem sintetizam uma visão moral do papel do professor, apontando a necessidade de salvar as crianças do mundo posto e proteger este do que aquelas se tornarão se não educadas. Mas para isso é necessário conhecer, pois, conforme lembra Paulo Freire *apud* Araújo e Almeida (2010, p. 97), “ninguém transforma aquilo que não conhece”. As políticas públicas ao longo da história do Brasil, no entanto, raramente focaram a educação como prioridade. De 1549 a 1759, a escola pública era religiosa, seguindo até 1827 as aulas régias como primeira tentativa de instaurar escola iluminista. Depois, até 1890, houve tentativas de educação sob chancela estatal. Só com os grupos escolares, a partir de 1890, surgiu de forma efetiva a escola pública (até 1931 ocorre implantação progressiva das escolas primárias graduadas e formação docente pelas escolas normais; de 1931 a 1961 há regulamentação nacional das escolas superiores, secundárias e primárias, com a pedagogia renovadora, e da LDB de 1961 à atual vai se consolidando o que se tem hoje no Brasil em termos educacionais infraconstitucionais (SAVIANI, 2006, p. 4-5).

Por outro lado, no Brasil as políticas são feitas pela via prussiana (conciliação entre frações das classes dominantes e medidas conservadoras “de cima para baixo”), embora tenha havido alguns ganhos pelo menos aparentes na educação pública nos últimos anos: Fundeb, piso salarial nacional na básica, obrigatoriedade entre 4 e 17 anos na educação básica (oferta e universalização do pré-escolar, fundamental e médio), plano nacional legal decenal de educação, expansão e duplicação das matrículas no superior. Esses ganhos, no entanto tiveram que conviver com ações e políticas de interesses privados: Fies, ProUni etc. O PNE, para atingir suas metas e estratégias, conta com outros

instrumentos normativos regulamentares: diretrizes curriculares sobre trabalhadores da educação básica, política de formação profissional na educação básica etc. Já em 2016, com Temer, o capital volta a ser prioritário nas ações do país (Dourado, 2019, p. 6-10). Essa postura continua no governo bolsonarista e parece se mitigar no atual terceiro mandato de Lula, em sintonia com as “necessidades sociais e culturais da população [que] requer uma escola de qualidade social e pedagógica que socialize a cultura, a ciência e a arte (...)” (Libâneo *et al*, 2012, p. 34).

5 A reforma educacional dos anos 1990

Chegando sorrateiras, essas reformas focavam a mercantilização educacional, em cumprimento de exigências formais e baseando-se em cortes no orçamento. Aumentava-se a discrepância de investimento público em educação em relação aos países industrializados, restando a Estados como o Brasil o papel cada vez maior de avaliador e articulador de políticas, enquanto as empresas eram induzidas a envidar investimentos iniciais na educação, especialmente superior, garantindo-se apenas a promessa de empregabilidade em melhores atividades aos estudantes/trabalhadores. Sob a bandeira da qualidade total, via-se a ineficiência como responsável pelo analfabetismo, repetência e evasão escolares (SHIROMA, 2007, p. 73-100). No entanto, nas últimas décadas do século XX o mundo vivia uma época de neoliberalismo/neoconservadorismo, como resposta às crises do capital, ético-política e teórica após a Idade de Ouro. Buscava-se acabar com o *Welfare State*, sob a bandeira de uma pretensa prosperidade inerente à liberdade do mercado. O Brasil foi vítima do neocolonialismo dos países ricos. Houve retrocesso institucional, organizativo e pedagógico: os projetos social e educativo estiveram sob o jugo de organismos internacionais (FRIGOTTO, 2003, p. 93-130). Ensejou-se reforma consubstanciada na própria política de governo, sob o pretexto de solucionar problemas que ao final permaneceriam quase intocados, porque não levados devidamente em conta. Resultado: reafirmação do dualismo na escola pública (conhecimento para ricos e acolhimento social para pobres) (DAMBROS, 2014, p. 1-14). E também quanto à educação inclusiva houve ajuste estrutural e desenvolvimentismo, agora focados na racionalidade econômica neoliberal para potencializar o capital humano (SILVA, 2016, p. 1-12).

6 Conclusão

Dessa forma, podemos ver que educação é um assunto complexo, envolvendo Estado e sociedade, interesses diversos, direitos, ideologias, pressões, consensos e retrocessos. No Brasil, tem sido vítima do neoliberalismo e mantido o dualismo.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, D. S.; ALMEIDA, M. Z. C. M. Políticas educacionais: refletindo sobre seus significados. *Educativa*, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 97-112, jan./jun. 2010.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27 jan. 2023.
- DAMBROS, M.; MUSSIO, B. R. Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações. *X Amped Sul*, Florianópolis, p. 1-14, out. 2014.
- DOURADO, L. F. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 40, e0224639, 2019.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.
- SAVIANI, D. *O legado educacional do século XX no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- SHIROMA, E. O. *et al. Política educacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SILVA, V. S. A reforma educacional brasileira de 1990 e as políticas públicas de educação inclusiva. *Revista científica eletrônica da pedagogia*, ano XIV, n. 26, p. 1-12, jan. 2016.